



CONTRATO Nº 070/2024

QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA DIAL MAGAZINE LTDA-ME, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 006/2023, PREGÃO ELETRONICO n.º 005/2023

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida dos Estados, n.º. 73 - Centro, inscrito no CNPJ sob n.º. 34.670.976/0001-93, através da **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida das Nações s/n - Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 11.406.652/0001-47, neste ato representada por Seu Secretário Sr.º. José Ribamar Silva de Sousa, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF n.º 550.841.333-20, RG n.º 3190500 SSP/PA, residente e domiciliado na Rua Maranhão, s/n – Centro, neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **DIAL MAGAZINE LTDA-ME**, inscrita no CNPJ. (MF) sob o n.º 45.092.281/0001 98, com sede na avenida das nações, lote 30, quadra 86, Cumaru do Norte – PA, CEP 68398000, e-mail: luizricardo_sobrinho@hotmail.com, representante legal **LUIZ DA SILVA SOBRINHO**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF n.º 031.265.293-30, carteira nacional de habilitação n.º 06955174783, órgão expedidor Detran - PA, residente e domiciliado(a) no(a) avenida das nações, SN, lote 30 quadra 86, centro, cumaru do norte, PA, cep 68398000, Brasil. doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 006/2023, PREGÃO ELETRONICO n.º 005/2023**, e em observância às disposições das Leis n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e 10.520 de 17 de julho de 2002, ajustam e acordam as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - contratação de empresa para fornecimento de moveis, material permanente, eletrodomésticos e eletrônicos, objetivando atender as necessidades secretaria de Saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUMARU DO NORTE - 69% da A. R. P. n.º 033-2023

ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO	VALOR UNITÁRIO	QTD	VALOR TOTAL
95	APARELHO DE AR CONDICIONADO - 12000 BTU S-AR3	UN	R\$ 1.543,00	1	R\$ 1.543,00
96	APARELHO DE AR CONDICIONADO - 18000 BTU S-AR2	UN	R\$ 2.260,00	1	R\$ 2.260,00
97	APARELHO DE AR CONDICIONADOR 9.000 BTU'S,220V 60HZ	UN	R\$ 1.315,00	4	R\$ 5.260,00
98	APARELHO DE TV 40 POLEGADAS	UN	R\$ 1.679,00	3	R\$ 5.037,00
99	ARMARIO DE AÇO 2 PORTA 198X0.40X90	UN	R\$ 779,00	8	R\$ 6.232,00
100	ARMÁRIO DE AÇO AA-120 COM 02 PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA	UN	R\$ 925,00	8	R\$ 7.400,00
101	ARMÁRIO DE AÇO AA-17 COM 2 PORTAS COM DOBRADIÇAS E FECHADURA	UN	R\$ 713,00	4	R\$ 2.852,00
102	ARQUIVO DE AÇO EM CHAPA 26 COM 4 GAVETAS CINZA	UN	R\$ 898,00	8	R\$ 7.184,00
103	BALANÇA DIGITAL 20, KG-BL1.	UND	R\$ 554,00	0	R\$ 0,00
104	BALANÇA MECANICA G-TECH ANTIDERRAPANTE	UN	R\$ 151,00	8	R\$ 1.208,00
105	BEBEDOURO DE COLUNA AÇO INOX PARA GARRAFÃO	UN	R\$ 768,00	4	R\$ 3.072,00
106	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS EM INOX COM 3 TORNEIRA	UND	R\$ 2.520,00	1	R\$ 2.520,00
107	CADEIRA GIRATORIA C/ PROTEÇÃO DE BRAÇOS CORES DIVERSAS	UN	R\$ 214,00	8	R\$ 1.712,00
108	CADEIRA PE FIXO ALMOFADA COMUM	UN	R\$ 156,00	24	R\$ 3.744,00
109	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA EM DIVERSAS CORES	UN	R\$ 260,00	16	R\$ 4.160,00
110	CAIXA AMPLIFICADA MULTI USO - LL 140 BLUETOOTH/USB/SD CARD/RÁDIO.	UN	R\$ 889,00	0	R\$ 0,00
115	COLCHÃO DE SOLTEIRO	UN	R\$ 286,00	4	R\$ 1.144,00
116	ESCRIVANINHA MESA SECRETÁRIA C/ 2 GAVETAS	UN	R\$ 486,00	8	R\$ 3.888,00
118	ESTANTE DE AÇO MODULAR 6 PRATELEIRAS CINZA	UN	R\$ 254,00	8	R\$ 2.032,00
119	FERRO DE PASSAR SECO	UND	R\$ 72,00	3	R\$ 216,00
120	FOGÃO DE 04 BOCAS DE USO DOMESTICO - FG2	UND	R\$ 674,00	4	R\$ 2.696,00
122	FOGÃO INDUSTRIAL 04 BOCAS COM FORNO.	UN	R\$ 1.769,00	1	R\$ 1.769,00
123	FREEZER HORIZONTAL 410 L	UND	R\$ 3.179,00	1	R\$ 3.179,00
124	FREEZER VERTICAL 121 LTS	UND	R\$ 2.480,00	2	R\$ 4.960,00
125	GAVETEIRO MAIA 4 GAVETAS	UN	R\$ 500,00	4	R\$ 2.000,00
126	GELADEIRA DE USO DOMESTICO FROSTREE-RF2.	UN	R\$ 3.092,00	1	R\$ 3.092,00
127	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 1,5 L POTÊNCIA: 800 FREQU	UND	R\$ 548,00	1	R\$ 548,00
128	LIQUIDIFICADOR USO DOMESTICO	UN	R\$ 136,00	4	R\$ 544,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE



129	LONGARINA 3 LUGARES - CORES VARIADAS	UN	R\$ 449,00	16	R\$ 7.184,00
130	MAQUINA DE COSTURA	UN	R\$ 1.287,00	0	R\$ 0,00
132	MESA ESCRITÓRIO MDP 15MM 120X60 COM 2 GAVETAS	UN	R\$ 424,00	4	R\$ 1.696,00
134	MESA REDONDA BRANCA (PLÁSTICA) C/ 04 QUATRO CADEIRAS	UN	R\$ 379,00	8	R\$ 3.032,00
135	MESA SECRETARIA 2 GAVETA 1.40X60C/CHAVE	UN	R\$ 454,00	4	R\$ 1.816,00
136	MESA SECRETARIA 3 GAVETA 1.40X60 C/ CHAVE	UN	R\$ 489,00	8	R\$ 3.912,00
137	MESA TOPAZIO 2(DUAS)PARTES	UN	R\$ 454,00	1	R\$ 454,00
138	MICROFONE S/ FIO DUPLO UHX PRO.	UN	R\$ 914,00	1	R\$ 914,00
139	MICROONDAS 30 L- 220V	UND	R\$ 696,00	0	R\$ 0,00
140	MINI COMPRESSOR AR VEICULAR PROFISSIONAL PORTATIL.	UN	R\$ 208,00	2	R\$ 416,00
141	PROCESSADOR DE ALIMENTOS/ CENTRIFUGA DOMESTICO	UN	R\$ 232,00	1	R\$ 232,00
143	REFRIGERADOR 334 LTS DUPLEX VOLTAGEM 220V	UND	R\$ 292,00	1	R\$ 292,00
144	SANDUICHEIRA	UN	R\$ 89,00	2	R\$ 178,00
146	TELEVISOR LED 32 POLEGADAS	UN	R\$ 1.559,00	1	R\$ 1.559,00
148	VENTILADOR DE PAREDE 50CM MAX 6018PTO BIV	UN	R\$ 207,00	4	R\$ 828,00
					R\$ 102.765,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA - Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2023 com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO - O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de **19/02/2024** e encerramento em **31/12/2024**, prorrogável, na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente, observados os seguintes requisitos:

- 1.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.2. a Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 1.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 1.4. a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

RECURSOS FINANCEIROS

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUMARU DO NORTE

Unidade: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 10.301.0041.2-047 - Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde

Naturezas / Descrição da Natureza

3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

CLAUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS - O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega dos produtos, acompanhada da respectiva documentação legal (NF), devidamente atestada pelo Setor de Compras.

§ 1º - Por ocasião dos pagamentos, serão abatidas as multas eventualmente aplicadas e previstas neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA SEXTA- DOS PREÇOS E MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - O valor total dos produtos, objeto deste Termo de CONTRATO, está previsto estimado em **R\$ 102.765,00 (Cento e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais)**, conforme a Classificação Final dos itens por Centro de Custo e Proponente, que passa a compor este instrumento contratual.



PARÁGRAFO ÚNICO - O CONTRATANTE fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do inicialmente estipulado no CONTRATO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROIBIÇÃO - A CONTRATADA não poderá ceder, transferir ou subempreitada, no todo ou em parte, o objeto deste CONTRATO, sem expresse consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES - As partes se obrigam ao cumprimento da Lei 8.666/93 e suas alterações.

§ 1º - A CONTRATADA se obriga a:

- a) Assumir toda a responsabilidade por todos os danos e prejuízos oriundos do fornecimento dos materiais, ou que eles venham, direta ou indiretamente, a provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- b) Acatar todos os métodos e instruções aprovadas pelo CONTRATANTE, desde que tais métodos e instruções não infrinjam qualquer condição contratual;
- c) Submeter-se a todos os regulamentos municipais em vigor;
- d) Pagar todos os impostos, taxas e contribuições federais, estaduais, municipais e autárquicas que incidam ou possam vir a incidir sobre as operações objeto deste Termo de CONTRATO ou de qualquer forma com ele relacionados;

§ 2º - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Designar fiscais para representá-la perante a CONTRATADA, para todas as questões que envolvam o presente Termo de CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO - O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÕES - É vedado à CONTRATADA:

- 1 - Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 2 - Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993 e serão formalizados por meio de Termo Aditivo. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS - O contratado é responsável pelos encargos



trabalhistas, previdenciários fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, art. 71 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666 de 1993, na Lei nº 10.520 de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO - O CONTRATANTE poderá, em qualquer ocasião exercer a mais ampla fiscalização do fornecimento dos produtos/serviços, reservando-se o direito de determinar que sejam devolvidos todos os que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

§ 1º - O CONTRATANTE, pelo seu setor competente, fará as comunicações à CONTRATADA, sempre por escrito.

§ 2º - O CONTRATANTE poderá ordenar a imediata retirada de empregados da CONTRATADA que venham a embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como, quaisquer outras despesas que de tal fato possam decorrer.

§ 3º - A fiscalização poderá praticar quaisquer atos nos limites do presente CONTRATO que se destinem a preservar todos e quaisquer direito do CONTRATANTE.

§ 4º - A fiscalização por parte do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade prevista no Código Civil e dos danos que vier a causar a terceiros, seja por ato de seus empregados ou prepostos.

§ 5º - A fiscalização do cumprimento do CONTRATO caberá à Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte – PA, representada por um servidor desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES - Pelo eventual descumprimento total ou parcial de quaisquer das cláusulas deste CONTRATO, garantida a ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, aquelas previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

Para fins de imposição de penalidades são consideradas infrações as condutas abaixo elencadas, sendo certo que o rol abaixo é exemplificativo, podendo outras ocorrer, e da mesma forma serão passíveis de punição conforme prevê as disposições normativas que regem a matéria:

INFRAÇÕES	SANÇÃO
Não firmar o instrumento de Contrato, quando convocado dentro do prazo previsto (até 05 dias úteis, a contar da data da convocação).	Impedimento/Suspensão por até 02 anos.
Fraudar o procedimento de licitação.	Impedimento/Suspensão de 02 a 05 anos
Apresentar declaração ou informação falsa, bem como adulterar documentos.	Impedimento/Suspensão de 02 a 05 anos
Não promover a prestação de serviço do objeto da licitação no prazo estipulado no Contrato ou no prazo designado pelo CONTRATANTE.	Multa de 10% e/ou Impedimento/Suspensão por até 02 anos

§ 1º - As penalidades aplicadas seguirão o princípio do contraditório e da ampla defesa, tendo a CONTRATADA um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da penalidade, para a apresentação de recurso.

§ 2º - A decisão final sobre o julgamento da penalidade será do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, através de processo interno devidamente instruído.

§ 3º - As multas aplicadas serão deduzidas do valor do saldo remanescente do CONTRATO que ainda não foi repassado para a CONTRATADA, sendo que na ausência de saldo, a multa deverá ser paga no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação oficial, e não o sendo feito poderá ser cobrada pela via judicial.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INTEGRIDADE E DAS MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO:

Subcláusula Primeira – As partes se obrigam, sob as penas previstas neste contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, a legislação brasileira anticorrupção e a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro.

Subcláusula Segunda – Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sob pena de rompimento do vínculo contratual e adoção das medidas sancionatórias cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - O não exercício por parte do CONTRATANTE de qualquer direito ou faculdade concedida no presente Termo de CONTRATO, não importará em renúncia, novação, prescrição, decadência ou preclusão, podendo o CONTRATANTE vir a exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus adiamentos na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela administração até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, e podendo ainda ser publicado no quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte - PA, obedecendo aos princípios contidos na Lei Orgânica do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Redenção, Estado do Pará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão judicial que, porventura, se faça necessária e relativa ao presente CONTRATO.

Cumaru do Norte- PA, 19 de fevereiro de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ nº 11.406.652/0001-47
CONTRATANTE

DIAL MAGAZINE LTDA-ME
CNPJ o nº 45.092.281/0001 98
CONTRATADA

Testemunhas: A) _____

RG:

B) _____

RG: